

Mas que grandes



vigaristas!

Das mais simples às mais elaboradas, das mais 'sérias' às mais rocambolescas, as vigarices atravessam todas as sociedades e todos os tempos. Nas páginas seguintes contamos as histórias de cinco pessoas que protagonizaram algumas das maiores burlas do último século e meio em Portugal

TEXTOS ANABELA NATÁRIO ILUSTRAÇÕES JOSÉ CARLOS FERNANDES

O CALÇADA

Quando José António Barreiros entrou no tribunal ninguém diria que se tratava de um homem useiro e vezeiro em embrulhadas. A bela casaca e as calças pretas, novas, davam-lhe uma boa aparência, um ar honrado... Mas quem ali estava era “o Calçada”, o dono de uma taberna no Largo do Limoeiro, em Lisboa, que vendia vinho e também se ocupava na “mercancia mais lucrativa de comprar quanto se lhe apresenta, sem curar quem lhe vende nem inquirir de onde o houve”, como conta a “Gazeta dos Tribunaes” do tempo de D. Pedro V.

Ainda mais estranho era como o Calçada fora parar ao banco dos réus, ele que beneficiava de um carinho especial por parte das autoridades, ou não tivesse sido o denunciador do ladrão e assassino Diogo Alves, condenado à morte e executado meses antes. Mas ei-lo, acusado “pelos seus antecedentes, porque comprou por 43.200 o que valia se fora prata 69.300 e se não pecou foi por falta de ocasião e não por falta de vontade”.

Se o José da Calçada ali estava, naquele dia 4 de novembro de 1841, a si próprio se devia, já que, normalmente, ele sabia como embrulhar o mal e o bem. Por momentos, julgara ter feito um ótimo negócio, comprando por nove moedas um bule, uma colher de sopa e umas esporas, tudo em metal branco. Nem uma hora depois, descobria que fora enganado: afinal, a prata não passava de

cobre de Macau... Vai daí, pôs-se na peugada da mulher que lhe levava debaixo do capote o material, roubado, claro. E deu-lhe voz de prisão, levando-a para a cadeia do Limoeiro. Da noite para o dia, acordou ainda mais zangado, e foi queixar-se ao juiz Bacelar, seu velho conhecido que o deixava “comprar roubos, a fim de os denunciar”.

Só que, ouvidos todos os intervenientes, o foro de delito alterou e com este o juiz. De nada lhe serviu mudar de residência e invocar a autorização de Bacelar. O juiz Montes não viu à sua frente uma vítima, mas um recetador encartado que “só se queixava quando caía num logro”. E confirmou as suas impressões quando começaram a desfilar testemunhas afirmando ser o Calçada “um ladrão conhecido, que esteve preso por diversas vezes”.

Pior ainda foi tê-lo mandado prender no Limoeiro, onde já se encontrava a vendedora e os seus dois cúmplices, até que o tribunal decidisse o que lhe faria. Talvez por se lembrar do provérbio “ladrão que rouba a ladrão tem cem anos de perdão”, o júri ilibou todos menos o Calçada... Mas, no final, o magistrado “mauzão” resolveu desfazer a sentença e inocentar o condenado. É que a defesa tinha razão, ninguém se queixara do roubo do material e José António Barreiros até tinha ido à polícia “denunciar-se”.

O MAIOR ATÉ AGORA

Em qualquer seleção de vigaristas que se preze, não podia faltar o homem que, até se conseguir apurar o resultado dos últimos escândalos bancários, é o maior burlão da História de Portugal. Chama-se a personagem Artur Virgílio Alves Reis. Lisboaeta,

nascido em 1898, vítima de um ataque cardíaco aos 57 anos, morreu pobre depois de ter forjado uma fortuna incalculável, sustentada por dinheiro falso, embora verdadeiro. Esquisito? Uma embrulhada perfeita.

Começando pelo fim, lembremos que Alves dos Reis (o uso da preposição antes do nome só veio com a fama) foi condenado, em 1930, a oito anos de prisão e 12 de degredo ou a 25 anos desterrado numa das colónias portuguesas da altura. Escolhida a primeira hipótese, cumpriu-a na íntegra, sendo libertado em 1945 e, pasme-se, aliciado para aceitar um emprego numa instituição bancária...

Bem, na verdade, a contratação teria razão de ser. Filho de um cangalheiro que se casou com uma menina de boas famílias e, aos 18 anos, resolveu rumar a Angola para fazer uma fortuna que causasse inveja ao sogro, Alves dos Reis era um perito em contratos, transferências, depósitos, cheques e papel-moeda... desde que falsificado. Intitulando-se engenheiro, ele que não fizera mais do que o primeiro ano, por falta de tempo, mas apresentava um diploma de



Oxford, revelou-se um burlão inteligente com valor histórico: em outubro de 2005, umas das suas notas falsas foi leiloadada por 7500 euros, e este ano uma outra atingiu o valor de 2600.

E o que fez afinal este “engenheiro” que começou por uma burla mais pequena, 100 mil dólares (75 mil euros), em 1924? Foi precisamente quando cumpriu uns dias de prisão — por ter comprado a empresa ferroviária estatal de Angola com um cheque sem cobertura, esperando vender as ações antes deste ser descontado num banco de Nova Iorque, que se lembrou de um esquema para fabricar notas falsas “de forma legal”, isto é, mandá-las imprimir na tipografia inglesa de onde saía o papel-moeda português.

Assim pensou, assim fez, passando de engenheiro a “governador do Banco de Portugal”. Com a cumplicidade, entre outros, da sua mulher, Maria Luísa Jacobetty, de José dos Santos Bandeira, especializado na arte da vigarice e irmão do embaixador português em Haia, e de dois empresários estrangeiros, um holandês e outro alemão, conseguiu mandar imprimir 580 mil notas de 500 escudos (equivalente a 2,5 euros) e, deste modo, desequilibrar o sistema financeiro do país. Apesar de ter vivido “à grande e à francesa” por pouco menos de um ano, continua imbatível no “ramo das burlas”.

O BOLINHAS

Manuel Augusto Pimentel Teixeira, casado, guarda-livros e comerciante, residente na cidade de Moçâmedes, em Angola, onde dirigia também um jornal local, ficou conhecido como sendo o mestre de Alves dos Reis e seu colaborador na maior burla de sempre, já que terá sido ele quem lhe forneceu as assinaturas dos diretores do Banco de Portugal que serviram de base às falsificações dos contratos na jigajoga.

O seu *modus operandi* era semelhante, mas “o Bolinhas”, como era conhecido, nunca atingiu nem as quantias — embora atingisse os milhares de contos —, nem a fama do seu suposto pupilo. Todavia, andou “na boca do mundo” nos anos de 30, tantos foram os processos que, em apenas dois anos, lhe moveram por furto, burla, abuso de confiança, fogo posto, falsificação de escritas... e também por abuso de liberdade

de imprensa, numa altura em que se vive o prelúdio do Estado Novo, facto que o leva alegar perseguição política.

Figura vivaça, tido por homem de bem, membro do Conselho de Distrito e afins, até parece que tinha dupla personalidade. Para uns, apresentava um comportamento exemplar, para outros, era um burlão “de primeira água”. Tendo em conta o processo que lhe deu mais fama, Teixeira dedicava-se, especialmente, à falsificação da escrita das empresas que o contratavam como contabilista. E tinha habilidade, pois não só desviava quantias de milhares de contos como ainda reclamava das firmas dinheiro que supostamente lhes emprestava.

Nesse processo, movido por uma empresa que sofreu com a sua perícia contabilística, a acusação — indignada por Teixeira não cumprir a ordem do juiz para sair de Moçâmedes até ao julgamento, continuando a desenvolver os seus negócios — caracteriza-o como “um elemento pernicioso junto daqueles com quem convive, alguns com cargos de responsabilidade, mas que o seu poder de sugestão subordina”.

“É de uma constituição psíquica anormal e doentia, o que impõe o seu afastamento para fora do concelho por perigosa, tanto mais que durante a sua estada na cadeia ultimamente, onde estava a cumprir pena, fez ameaças sem as precisar embora, pelo que não é merecedor de piedade”, acrescentava o advogado, tentando desvalorizar as inúmeras cartas abonatórias apresentadas pelo réu.

Quanto às queixas de perseguição, não deixa de ser estranho que entre a suas

atividades constasse também o furto de documentos para a denúncia de cidadãos que pretendiam escapar à “obra altamente moralizadora do doutor Salazar” e o aproveitamento da visita do ministro das Colónias a Angola para entregar papelinhos aos jornalistas a apelar para que esse “membro da moralizadora ditadura” olhasse o seu caso. É verdade que noutras alturas refilava contra... dava uma no cravo outra na ferradura, como um qualquer bom burlão...

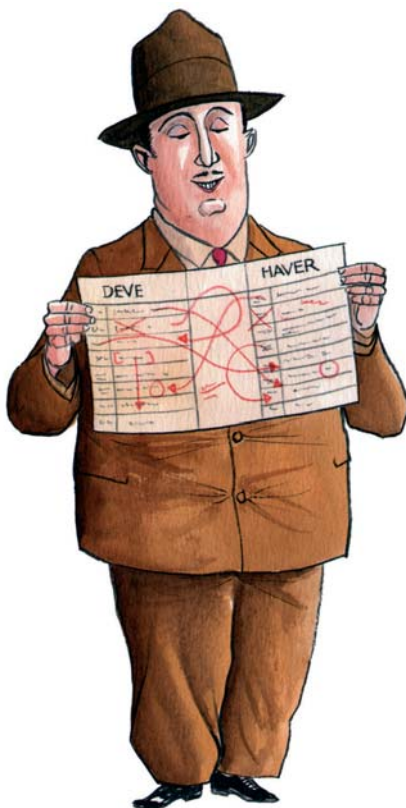
A GENERALA

Viveu a vida embrulhada e embrulhando todos quantos a rodeavam. General, advogado, embaixador, funcionário da embaixada dos Estados Unidos da América em Lisboa, agente secreto, esposo... foi tudo e não foi nada, nem sequer era o homem que mostrava ser. Só quando a polícia prendeu Tito Aníbal Paixão Gomes é que descobriu que este morrera há mais de meio século e o acusado de três burlas era, afinal, uma Maria Teresinha, dada como morta aos 26 anos...

Quando nasceu, em 1933, no Funchal, o seu irmão Tito Aníbal morrera há um ano, vítima de uma gripe. Os pais nunca recuperaram do desgosto e ela será uma criança infeliz e uma adolescente reprimida, insatisfeita, que resolve simular o suicídio do alto de uma falésia e fugir para o continente. Não se sabe como viveu até 1974, parece que umas vezes como mulher outras como homem, o certo é que se especializou em expedientes.

No Carnaval do ano da Revolução dos Cravos mascarou-se de tenente-coronel e gostou. Em pouco tempo, promoveu-se a general: comprou as insígnias numa loja do Rossio, mandou fazer a farda por ali perto e encontrou um chapéu a preceito numa loja de Alvalade. Sentia-se bem na nova pele, gostava do corte de cabelo, dos óculos de armações grossas, de intervalar a farda com o fato e gravata. E de se insinuar entre gente que nunca desconfiou do expediente, nem tão pouco da sua arte de viver com dinheiro alheio.

No final de 1974, Maria Teresinha conheceu Joaquina da Conceição Costa, enfermeira, oito anos mais velha e solteira, que ficou encantada com os modos cavalheirescos do oficial do Exército Tito Aníbal. Em três tempos juntaram-se e compraram uma





moradia em Alenquer com 2500 contos (12.500 euros) de uma vizinha... Tito disse-lhe que não confiasse na banca, que acabava de ser nacionalizada, e que ele próprio lhe poria o dinheiro a render numa instituição bancária norte-americana. E, tomando-lhe o gosto, seguiu no ramo das burlas, seguríssima, porque os queixosos falavam de um homem, oficialmente falecido.

Aliás, até ser detida pela Polícia Judiciária nunca alguém manifestou sombra de dúvida — nem a mulher com quem viveu quase 20 anos, como se fossem um casal. Foi condenada a três anos de prisão com pena suspensa, a sentença foi abertura de telejornais, até no Brasil. Morreu de doença, aos 74 anos, numa moradia onde se refugiava com uma nova companhia, uma sobrinha de Joaquina, rodeada de chapas de zinco.

A DOUTORA OLGA

Que se saiba, começou a enganar pessoas em 2003. E no período de dois anos cometeu mais de 250 burlas. Era fácil: lia os editais na imprensa escrita, selecionava

empresas com dívidas ao fisco ou à Segurança Social, agarrava no telefone e, dizendo-se juíza, convencia o interlocutor a depositar uma certa quantia para que não passasse pela vergonha de ver colado na porta um aviso de penhora, ao mesmo tempo que lhe congelavam as contas bancárias.

De outras vezes, limitava-se a folhear as “Páginas Amarelas”, escolhia à sorte nomes de empresas ou instituições, telefonava-lhes, falava numa dívida antiga de IRS, IRC, IVA ou à Segurança Social e, depois de sentir a aflição no outro lado da linha, indicava o caminho para a salvação. Bastava ao devedor fazer um depósito bancário, não na sua conta, porque ela era uma magistrada honesta, mas no NIB do tribunal que logo lhes fornecia para que não perdesse tempo. E esta mulher, nascida em 1968, que fora auxiliar de geriatria num hospital do Porto, até lhes dava um número de telemóvel do tribunal caso quisessem tirar alguma dúvida.

A simpática doutora Olga, ou Catarina, ou Sofia, entre outros nomes que usava (chegou a usurpar o nome de uma juíza do Tribunal de Braga), acabou por ser apanhada pela Polícia Judiciária em fevereiro de 2005, quando saía da garagem de um prédio de Vila Nova de Gaia, onde vivia há duas semanas. Ficou presa preventivamente e, em 2007, sentou-se no banco dos réus. Aos juízes contou que começara por cometer pequenas burlas e só dera o salto para as grandes quando alugou um quarto a uma mulher que lhe ensinou um processo de ter sempre dinheiro sem trabalhar.

Empreendedora e expedita, Olga Gracinda Almeida agarrou no primeiro dinheiro arrecadado e abriu uma loja de roupa. Aí, segundo confessou, “teve o azar” de conhecer uma “empregada doméstica de manhã e cabeleireira à tarde” que começou a arranjar-lhe contas bancárias para efetuar os depósitos extorquidos às vítimas. Mas o envolvimento nos crimes desta cabeleireira — que rotulou de incompetente, por, uma vez, lhe ter deixado o cabelo cor de rosa — não se provou, tendo sido apenas condenada a uma multa de perto de 300 euros.

Nestas suas burlas, “embrulhou” ainda toxicodependentes, a quem dava uns trocos pela abertura de contas bancárias que usava para receber o dinheiro dos burlados. O tribunal não se compadeceu com o seu arrependimento e a justificação de que se dedicava ao crime para dar uma vida melhor aos seus nove filhos e condenou-a a quatro anos e meio de prisão, por 32 burlas cometidas e 51 tentadas, e a indemnizar dez lesados no valor de cerca de 30 mil euros.

Dois anos depois, Olga estava outra vez no Tribunal de São João Novo, no Porto, acusada de ter praticado mais 181 burlas, desta feita juntamente com o seu marido, Hélder, trabalhador da construção civil,

que por ter “imputabilidade diminuída” será condenado a três anos de prisão com pena suspensa. Eram crimes praticados de forma idêntica que tinham ficado de fora do primeiro processo. No final, disse: “Oito anos já com o cumulo jurídico, senhor juiz? Muito obrigado.” Isso e mais indemnizações no valor de 65 mil euros.

E não se pense que esta mulher que conhecia as doenças mais comuns dos idosos e sabia papaguear alguns termos de Direito, enganou só gente “com poucos conhecimentos”. Entre o rol dos lesados — foram apurados 223, muitos outros não fizeram queixa — encontram-se o Infarmed, a Corticeira Amorim, a Moviflor, os hotéis Savoy da Madeira e o Tivoli Porto, um agente da PSP, o Sindicato dos Metalúrgicos, a fábrica de calçado Campor, um lar evangélico e a Santa Casa da Misericórdia de Gaia... ■

anatario@expresso.impresa.pt

